Acervo ISA

BID EXTRA

NA AMAZÔNIA

Suplemento de *O BID* • Publicação do Banco Interamericano de Desenvolvimento • 1993

FOTO DO CENTRO: JO ALTO. LOREN MCINTYRE

Índios, seringueiros, colonos: para os habitantes da Amazônia ocidental, a preservação da floresta é uma causa comum.

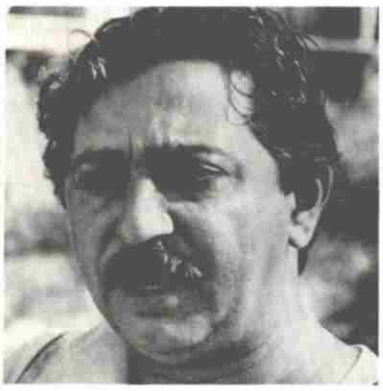
Viver com a floresta

Nas pequenas comunidades perto da cidade de Xapuri, no lado ocidental da Amazônia brasileira, as conversas quase sempre começam e terminam com Chico Mendes.

Chico Mendes era um seringueiro de origem humilde mas determinado a ajudar seu povo. Hábil negociador e visionário, congregou as comunidades locais e a opinião pública mundial em torno da causa da proteção das florestas tropicais e seus habitantes.

Mas o sucesso trouxe inimigos poderosos para Chico Mendes. Dezembro marca o quinto aniversário de seu assassinato nas mãos de um fazendeiro local.

Hoje, jogando dominó depois do jantar, à luz de vela, as pessoas referem-se aos acontecimentos como "depois que o Chico morreu", ou "quando o Chico ainda era vivo". Nas paredes nuas, muitas vezes está pendurada uma foto de Chico Mendes no lugar de honra reservado a um santo ou líder nacional.



© 1988 MIRANDA-SMITH PRODUCTIONS, INC.

Chico Mendes em 1988.

Em Xapuri, um marco de concreto comemora a fundação da Reserva Extrativista Chico Mendes, uma área de 976.570 hectares onde o direito a conviver com a floresta está garantido.

Mas talvez o maior legado deixado por Chico Mendes seja o menos tangível. Ele acreditava que as pessoas comuns podiam ser protagonistas de sua história e não meros espectadores.

Hoje, seringueiros, índios e pequenos lavradores, juntamente com o governo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, começam a tornar esse sonho uma realidade.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. T2P0000I

Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Kardex
Indexação

UM COMEÇO

Um novo sonho amazônico

Desenvolvimento sustentável na floresta tropical

A Amazônia é um lugar para sonhos ousados. Alguns trouxeram fama a personagens obscuras, como o aventureiro espanhol Francisco de Orellana, que deixou seu capitão para tornar-se o primeiro europeu a descer o mais poderoso rio do mundo.

Outros sonhos tornaram humildes homens orgulhosos. Depois de dois mandatos como presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt enfrentou doenças e águas traiçoeiras para explorar um tributário do Amazonas, mas nunca recuperou totalmente a saúde.

Um dos sonhos amazônicos mais poderosos foi criado em torno de uma árvore, a *Hevea brasiliensis*, de madeira de baixa qualidade e sem frutos comestíveis. Mas exploradores brasileiros descobriram que sua seiva tinha vários usos práticos. Por volta do fim do século XIX, o látex natural da Amazônia tinha se tornado um ingrediente importante da revolução industrial.

A sorte muda. O surto da borracha marca o começo da história contemporânea do atual Estado do Acre.

Localizado no interior, a 2.400 km do oceano Atlântico, o Acre, originalmente um posto territorial avançado da Bolívia, era remoto e praticamente ignorado. Mas no final do século XIX a borracha atraiu milhares de pessoas desesperadas em busca de uma vida melhor. Com a ocupação do território, muitos indígenas foram vítimas de doença e de conflitos ou retiraram-se para o interior da floresta.

O surto não podia durar para sempre. Por volta do começo do século, a borracha amazônica começou a perder para as plantações do Extremo Oriente. Exceto por um breve período de recuperação durante a Segunda Guerra Mundial, a prosperidade econômica do Acre declinou, assim como sua população.

Mas com a decadência da borracha a Amazônia adquiriu uma nova importância, desta vez como destino manifesto do Brasil. A vasta região seria uma fonte de matérias-primas e uma válvula de segurança social, lugar onde camponeses pobres e sem terra podiam começar vida nova. A floresta que encontraram parecia vazia, mas lá ainda estavam os índios e os seringueiros.

A chave para a ocupação da Amazônia foram as estradas. Com financiamento do Banco Mundial, foi construída a nova BR-364 pelas florestas de Rondônia até Porto Velho, sua capital. Em 1985, o BID aprovou dois empréstimos de US$58,7 milhões para pavimentar um trecho de terra de 502 km da mesma estrada ligando Porto Velho a Rio Branco, capital do Acre.

A nova estrada abriu uma região e um novo capítulo na conservação da floresta tropical.

Preocupação com o impacto. Poucos questionavam a necessidade de uma estrada pavimentada. Nos cinco meses da estação de chuvas, a estrada de terra tornava-se um lamaçal e a viagem de um dia entre as duas capitais passava a ser uma aventura de duas semanas.

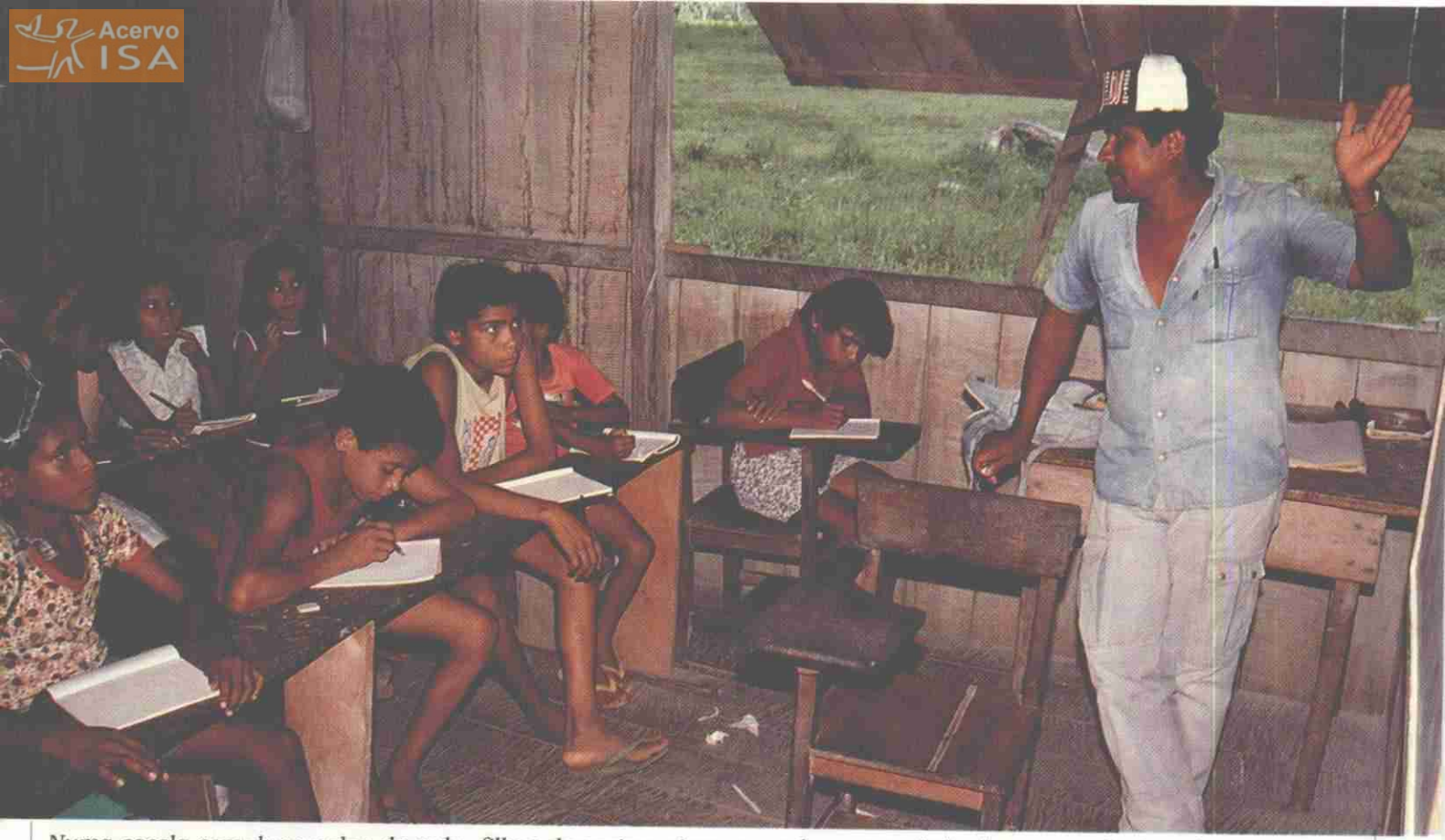
Mas, com acesso melhor, a pressão sobre a floresta e sua população num raio de 252.000 km² aumentaria de forma geométrica. Haveria uma invasão de novos colonos, deslocando índios e seringueiros. Suas colheitas de subsistência logo exauririam os solos. Muitos venderiam sua terra a criadores de gado, cujos animais continuariam o processo de destruição ambiental. Por fim, a terra exaurida seria abandonada a um novo invasor, o mato denso conhecido como capoeira.

Essa destruição já tinha ocorrido na vizinha Rondônia, onde cerca de 30% da floresta tinham sido derrubados. Desses, 60% agora são capoeira.

A preocupação com o impacto da estrada levou o BID a destinar US$10 milhões do projeto de pavimentação para o Programa do Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI). Mas o programa não teve o resultado esperado e no final de 1987 o Banco adotou uma resolução sem precedente, suspendendo o desembolso do empréstimo à espera da apresentação de um plano de ação mais sólido.

O que se seguiu — e vem descrito adiante — foi uma seqüência notável de acontecimentos. Pela primeira vez, seringueiros, índios, lavradores, representantes do governo e do BID juntaram-se para alcançar o sonho amazônico mais ambicioso de todos: o desenvolvimento sustentável na floresta tropical.

Acervo ISA



Numa escola com duas salas de aula, filhos de seringueiros aprendem como defender seu modo de vida.

Na trilha da borracha

Francisco Mendes enfiou a ponta de sua faca no áspero tronco cinzento. Com um movimento contínuo, fez um corte diagonal profundo o suficiente para alcançar a seiva leitosa sem danificar a árvore.

Francisco é um seringueiro que vive de extrair o látex das seringueiras e colher castanha-do-pará, além de caçar, pescar e plantar culturas de subsistência. Ele conhece a floresta como um morador da cidade conhece seu bairro. Cada uma de suas 165 seringueiras é valiosa, parte de uma comunidade interdependente de plantas e animais.

Somente há alguns anos, os seringueiros nesta parte do Estado do Acre tinham mais com que se preocupar do que a extração da borracha. Seu próprio estilo de vida estava sendo ameaçado por fazendeiros que usurpavam cada vez mais a floresta. Eles se rebelaram, organizando "empates", demonstrações contra as equipes armadas de moto-serras. Ganharam várias e perderam algumas. Correu sangue.

"Os seringueiros não querem ser donos da terra. Querem o direito de viver nela em paz, como seus pais e avós, extraindo a riqueza da floresta sem destruí-la."

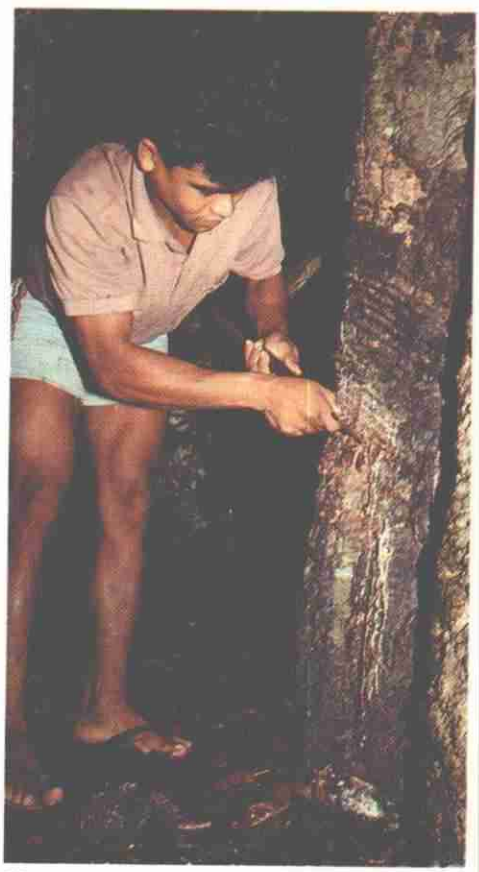
— Jornal do Seringueiro

Hoje, os caminhos de Chico Mendes na floresta são parte da Reserva Extrativista Cachoeira, uma área reservada só para os seringueiros.

A criação de reservas extrativistas foi uma das primeiras realizações do Programa do Meio Ambiente e Comunidades Indígenas—PMACI, financiado pelo BID. Hoje, o Brasil tem nove reservas, num total de 2,4 milhões de hectares, dos quais cerca de 1,2 milhão de hectares localizados na área do PMACI.

Embora as reservas protejam a floresta e suas seringueiras, não podem garantir um futuro econômico seguro. O que Mendes ganha com dois quilos de borracha bruta colhidos arduamente mal dá para comprar uma lata de óleo e um pacote de açúcar.

O desafio para o PMACI agora é o de ajudar os seringueiros, os índios e os lavradores a encontrar novos meios de viver da floresta.



Nas mãos experientes de um seringueiro, a árvore produz sua riqueza natural. Mas só a extração do látex não sustenta uma família.

Acervo ISA

RIO BRANCO

População assume seu próprio destino

"Alfabetização é um instrumento político essencial"

A noite de 4 de maio de 1988 abriu em Rio Branco, turbulenta capital do Acre, um novo capítulo na busca de meios para alcançar o desenvolvimento sustentável nos trópicos.

Uma delegação de representantes do BID de Washington e Brasília passara uma semana atarefada visitando Rio Branco e outras comunidades, tentando alcançar um consenso sobre o plano para proteger o meio ambiente e os indígenas e seringueiros da região.

O interesse do BID era compreensível, porque somente se o pessoal local e os representantes dos órgãos do governo chegassem a um acordo o BID retomaria os desembolsos do projeto para pavimentar a BR-364, estrada que liga Rio Branco e a capital de Rondônia, Porto Velho.

Sinais de esperança. As pessoas estavam começando a conversar. Era encorajador ver o BID, uma organização dos governos, fazer consultas diretas com organizações não-governamentais privadas (ONG). O mesmo era verdade para os órgãos do governo, que em geral viam as ONG como um empecilho. Pela primeira vez, os militares — uma presença importante na região — sentaram-se para conversar com os líderes dos índios.

As relações entre as ONG também melhoraram. O líder sindical Chico Mendes adotara como sua a causa dos índios, ao ver que seus interesses coincidiam com os dos seringueiros que ele representava.

Aquela noite, representantes dos grupos locais, do BID e do governo concordaram com o seguinte programa:

- ▶ Demarcar reservas indígenas.
- ▶ Criar reservas para extração de borracha e castanha-do-pará.
- ▶ Estabelecer florestas nacionais.
- ▶ Proporcionar serviços de saúde e educação.
- ▶ Desenvolver alternativas para ganhar a vida com a floresta sem destruí-la.

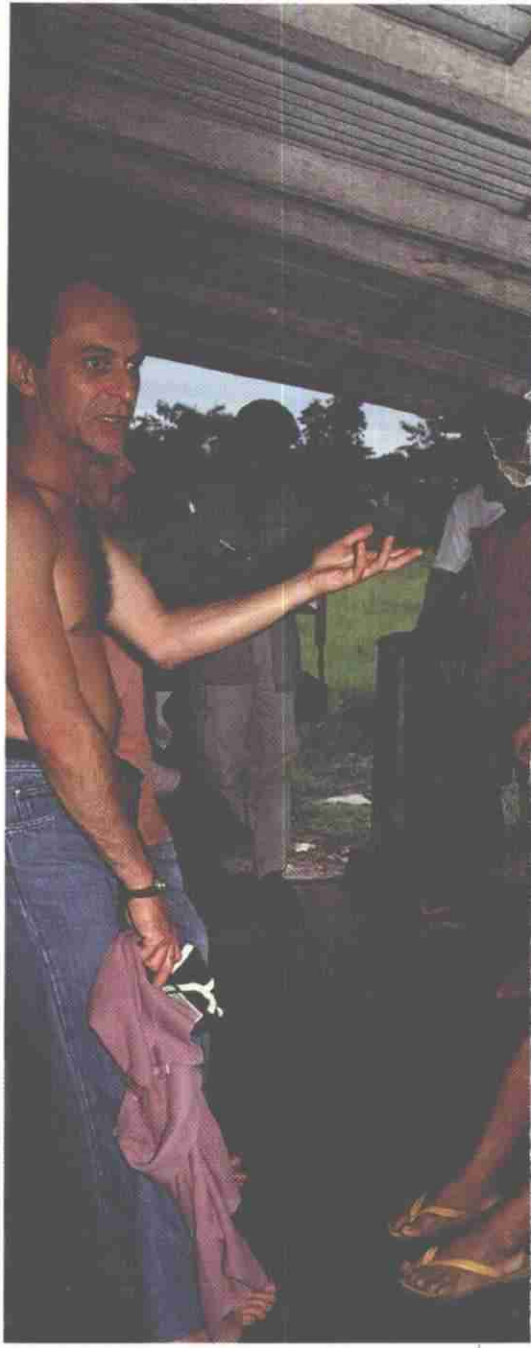
O BID ficou satisfeito com o acordo e foi criado o Programa do Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI).

O PMACI começou com sua criação, recorda Marco Antônio Mendes (sem parentesco com Chico Mendes), que, como funcionário ambiental brasileiro, desempenhou um papel importante nas negociações de Rio Branco.

"O PMACI é especial porque dá a todos a oportunidade de falar e o direito de ser ouvido", diz Mendes, que hoje trabalha como especialista em meio ambiente para o BID, na representação em Brasília.

O chefe de Mendes, representante do BID no Brasil, David Atkinson, explica desta forma: "Com o PMACI, estamos financiando não tanto um projeto, mas um processo".

Índios que necessitam cuidados médicos especiais encontram comida, abrigo e uma atmosfera familiar na Casa do Índio, fundada pelo PMACI.

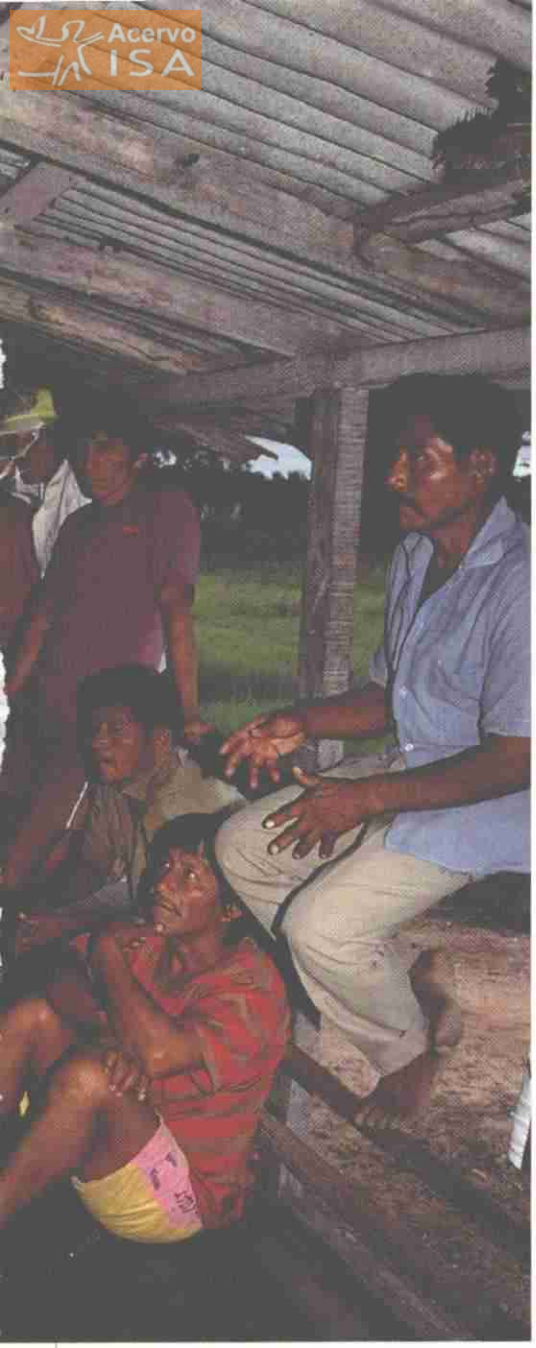


Escola de política. O processo do PMACI está fundado na noção de que é preciso dar responsabilidades às pessoas e a base para que elas possam assumir essas responsabilidades é a educação.

No caso da comunidade indígena, a educação desempenha um duplo papel, segundo Vera Oliuda Sena, do Comitê Pró-Índio (CPI), do Acre. Reforça a capacidade dos índios de proteger seus interesses e ajuda a preservar sua identidade cultural.

"A nosso ver, a alfabetização é um instrumento político essencial", disse Vera. "Na hora em que o índio entra em contato com o exterior, precisa de um programa de alfabetização de emergência para não ser explorado."

Acervo ISA



Reunião na varanda: *Índios da tribo dos Apurinã (à esq.) discutem seus problemas e necessidades com representantes do BID e do PMACI. O caminhão novo (abaixo) lhes permite eliminar o intermediário e obter um preço melhor por sua produção.*

O programa do CPI é construído em torno de uma série de materiais de ensino produzidos com o apoio do PMACI. Escritos com sensibilidade considerável à cultura dos índios e ilustrados por eles mesmos, os textos são testemunho vivido de um modo de vida que vale a pena preservar.

Parte do material está escrito na língua dos índios. "É a língua que faz a ligação entre sua organização social, sua religião e sua cosmologia", explicou Vera. "Sem a língua, boa parte de sua cultura desapareceria."

Mesmo nas comunidades em que a língua nativa quase desapareceu, o CPI trabalha para preservar pelo menos frases e conceitos básicos, como uma chama cultural a ser passada às gerações futuras.

O CPI treina como professores o pessoal das comunidades, em cursos que muitas vezes incluem alfabetização básica.

Há alguns anos, o governo não se interessava pelos esforços do CPI, muitas vezes proibindo o grupo de contatar as comunidades indígenas. Hoje, o Estado do Acre paga salário aos professores treinados pelo CPI e o governo pensa em adotar seu currículo em outras comunidades indígenas.

A União Nacional Indígena (UNI), apoiada pelo PMACI, atende outras necessidades dos índios. Esse grupo desenvolveu um sistema novo e mais barato para demarcar as terras dos índios. A FUNAI, órgão governamental incumbido das questões indígenas, está pensando em adotar esse sistema de demarcação de terras.

No setor de desenvolvimento econômico, a UNI trabalha com grupos indígenas para encontrar o melhor meio de fazer seus produtos chegarem ao mercado. A UNI ajuda as comunidades mais isoladas fornecendo-lhes motores para instalar em suas canoas. Uma das comunidades, localizada numa estrada, possui hoje um caminhão financiado pelo PMACI.

A UNI também trabalha para fortalecer os laços entre os grupos indígenas. Num programa de rádio chamado Voz do Índio, o produtor Manoel Roque Yawanawa oferece uma mistura semanal de música e de informação, tal como as novas leis de desmatamento, as datas previstas para visitas de médicos e os preços atualizados da castanha-do-pará.

Incentivo aos seringueiros. O PMACI apoia programas paralelos de desenvolvimento educacional, econômico e de saúde que beneficiam os seringueiros da região.

Ativo há muito tempo no campo da educação, o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), com sede em Rio Branco, já treinou como professores mais de 60 voluntários da comunidade. Seus esforços têm tido êxito: no começo, a maior parte dos estudantes eram adultos; hoje, a maioria são crianças.

Eles levam a sério seus estudos. Muitos têm que caminhar horas pela floresta até a escola. À noite, fazem seus deveres à luz de velas.

O CTA também está ajudando os seringueiros a diversificar suas fontes de renda. Uma economia baseada na extração da borracha e da castanha-do-pará tem um futuro incerto, segundo o coordenador do CTA, Luiz Augusto Mesquita de Azevedo.

"Estamos num período crítico", disse ele. "O preço da borracha está baixo e a qualidade não é boa. Estamos tentando achar substitutos."

O IBAMA, órgão do governo incumbido do meio ambiente, trabalha com a CTA e outras organizações não-governamentais.

"Estamos ajudando a ampliar a base produtiva, mostrando aos produtores as alternativas disponíveis", disse Antônio Pacaya Ihuaraqui, superintendente do IBAMA no Acre. Para isso, o instituto fornece aos índios assistência técnica a projetos de piscicultura e agro-silvicultura e tem até um projeto para criar tartarugas para consumo, em colaboração com as ONG.

"Através do PMACI, temos hoje muitos parceiros", disse Ihuaraqui.

Acervo ISA

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Cultivo sem dano à floresta

Ao encontro da preservação do meio ambiente

Ninguém confundiria a fazenda de Nelson Schiebler com um campo de milho no meio-oeste americano, e nisso reside seu segredo.

À primeira vista, parece que seus 8 hectares de árvores frutíferas, palmeiras, mudas de castanha-do-pará e outras culturas perenes nasceram por conta própria, sem planejamento. Na verdade, Schiebler controla muito bem seu "consórcio", ou comunidade vegetal, para que cada membro receba a quantidade de luz e espaço que precisa.

Ao mesmo tempo, ele planeja deixar intocados os outros 42 hectares de floresta. "Conheço o problema da erosão nesta região", disse ele. "A floresta protege o solo."

Schiebler, nativo do sul do Brasil, mostra aos visitantes técnicas que são parte de qualquer abordagem de desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos. Um dos visitantes, o embaixador da Noruega no Brasil, entregou a ele, na mesma hora, um prêmio em dinheiro.

Schiebler, juntamente com outros pequenos lavradores, índios e seringueiros do oeste amazônico, é um praticante moderno da antiga arte da agro-silvicultura. Eles provam que a mistura de árvores e arbustos, junto com culturas anuais, e de animais e peixes, pode render dinheiro e preservar o frágil solo tropical.

Schiebler aprendeu a agro-silvicultura com especialistas como Walder Antônio Gomes, agrônomo do instituto ecológico e antropológico IPHAE, organização não-governamental que participa do Programa do Meio Ambiente e Comunidades Indígenas, apoiado pelo BID.

"Acho que você precisa de uma cobertura aqui", disse Gomes a Schiebler, apontando para uma área de terra nua. Recomendou plantar feijão-bravo, uma leguminosa vigorosa (mas não comestível), para enriquecer o solo.

Cultivo em quadrantes. Os legumes são essenciais para uma outra técnica agrícola adaptada ao meio ambiente tropical. Perto da cidade de Rio Branco, membros da comunidade índia dos Apurinã plantam suas lavouras anuais no que se assemelha à prática tradicional de rotação de culturas.

O local do novo projeto tem a aparência de terra inculta, com plantas irregulares mescladas a restos carbonizados de pequenas árvores. O líder comunitário José Oliveira Araújo explicou que a terra era antes um matagal inútil que se formou depois que os donos anteriores derrubaram a floresta. Seu povo limpou o mato e dividiu a terra em quatro quadrantes. Num deles, plantaram feijão. Depois da colheita, replantarão o mesmo terreno com uma cobertura de leguminosas, cujo trabalho será o de restaurar o solo e evitar que o mato invada. A lavoura de feijão é mudada então para o próximo quadrante.

> *"Com nosso trabalho, educação, atenção de saúde, garantimos nossa terra, nossa sobrevivência e nossa liberdade."*
>
> —*Siã Kaxinanawá*

O sistema de rotação tem pouco impacto sobre a floresta, explicou um agrônomo de uma ONG local que fornece sementes e assistência técnica aos índios. Os feijões às vezes precisam de pesticidas, mas não de fertilizante.

Araújo também mostrou o consórcio agro-silvícola de sua comunidade, que combina pimenta-do-reino com café. O lago está pronto para receber a primeira leva de peixes vegetarianos, chamados tambaquis.

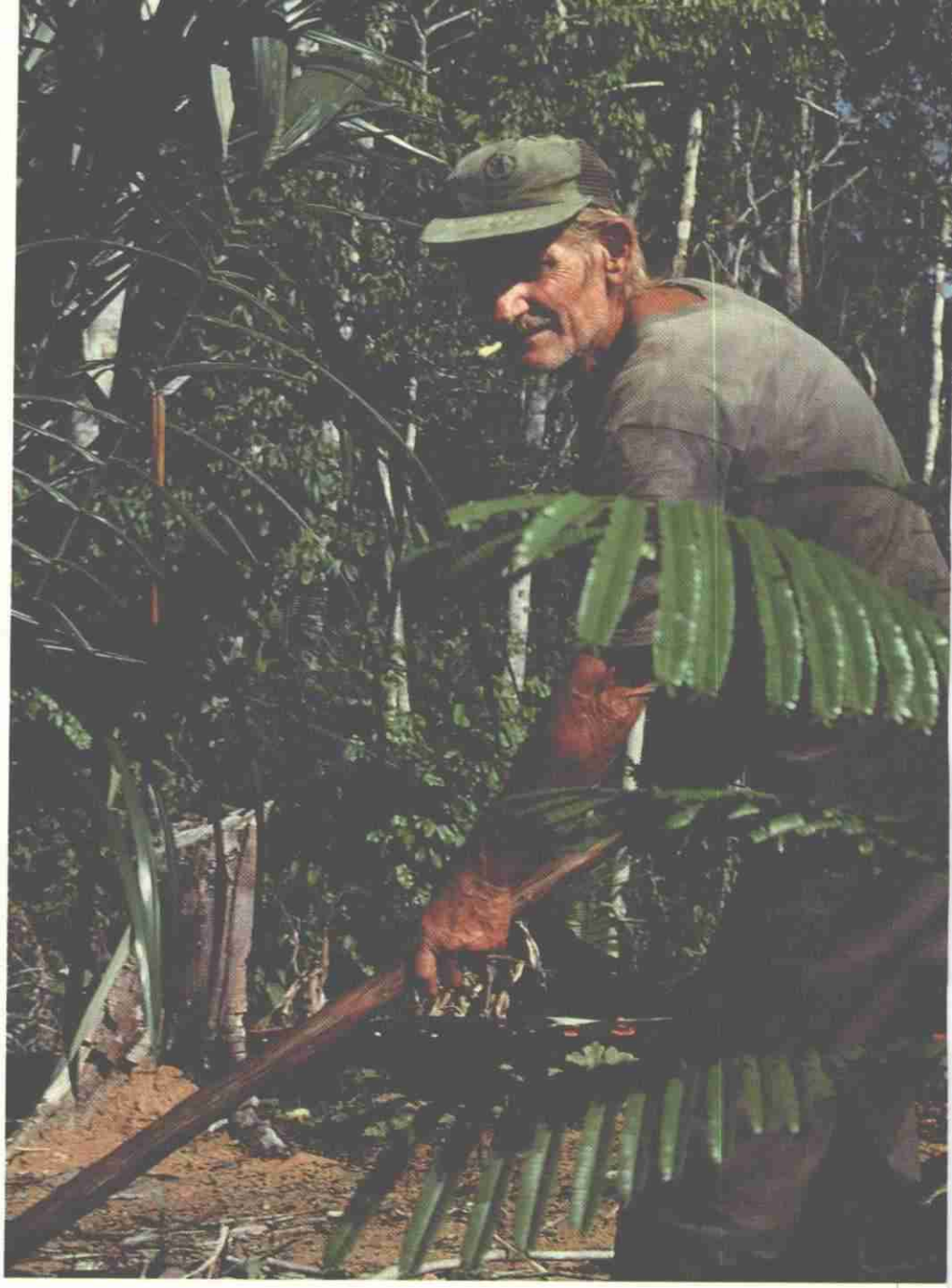
Na trilha que leva ao povoado, o filho de Araújo explicou que seu povo vai plantar apenas numa pequena parte da reserva.

"Precisamos deixar a floresta para os animais", disse. A caça é não apenas uma fonte importante de carne, explicou, mas também parte da identidade cultural de seu povo. Por saber quando certas frutas amadurecem e os hábitos dos animais que elas atraem, ele sempre volta para casa com carne para a família.

Além disso, seu povo depende da floresta para extrair borracha das árvores e colher castanha-do-pará.

Agrônomo de uma organização não-governamental local discute o progresso de uma lavoura de feijões com o líder de uma comunidade indígena.

Acervo ISA



Schiebler cuida de sua lavoura de árvores frutíferas, palmeiras e mudas de castanheiras-do-pará.

"Venda para mim". Na comunidade de Nova Califórnia, localizada na rodovia BR-364, perto da fronteira do Acre com Rondônia, os lavradores estão adotando técnicas de agro-silvicultura para garantir sua permanência na terra.

Cada lavrador possui 100 hectares, adquiridos quando o governo entrou para resolver disputas de terra com os fazendeiros. Mas existe a possibilidade de que a terra dos lavradores venha a se tornar pastagem.

Um dos lavradores descreveu essa possibilidade da seguinte forma: "Os fazendeiros batem na nossa porta e dizem que estamos sofrendo há muitos anos. E dizem: 'Venda para mim'". Alguns mordem a isca, disse ele, mas o dinheiro que recebem não é suficiente para recomeçar num outro lugar.

O desafio que os lavradores enfrentam é o de diversificar sua produção, preservar a fertilidade do solo e aumentar o valor de seu produto com processamento local. Aqui também a assistência técnica fornecida pelo governo e pelas ONG, dentro do PMACI, indica o caminho.

"Nós não queremos ganhar nada", disse Maurício Sordi, presidente de uma das duas associações locais de lavradores. "Só queremos meios para ajudarmos a nós mesmos."

Imitando a floresta. Quando os primeiros lavradores chegaram aqui, eles plantaram arroz, o que exauriu o solo e resultou na capoeira. Hoje, eles estão transformando o matagal em lavouras ecológicas com base principalmente em três espécies: o cupuaçu, a pupunha e a castanha-do-pará. Ao crescer juntas, as plantas ajudam a recriar algumas das características físicas da selva. A construção de 20 viveiros de peixes completará o projeto.

Algumas das árvores já estão produzindo. Um dos lavradores subiu numa palmeira e cutucou com uma vara longa um cacho de frutos no alto, que caíram ruidosamente ao chão.

Três hectares de consórcio são suficientes para garantir a subsistência de uma família, explicou Sordi. Pelo menos metade do resto da terra é deixada como floresta natural.

Mais adiante na estrada, a associação de lavradores local também está organizando um ambicioso programa de agro-silvicultura. Ao mesmo tempo, seu diretor, Luís Mário Dalsoglio, alerta contra o perigo de que seus membros esqueçam a segurança alimentar. "Precisamos continuar a plantar culturas de subsistência, como arroz, feijão e bananas", disse.

Além dos esforços comunitários de agentes das ONG e do governo, a lavoura ecológica precisa de uma infra-estrutura permanente para fornecer instrução e sementes aos lavradores. Esse é o trabalho do IPHAE, instituto não-governamental localizado perto de Porto Velho, e do Centro de Treinamento Itapuã, que está quase pronto, construído com fundos do PMACI.

Walder Antônio Gomes, agrônomo do IPHAE, descreveu uma das técnicas que serão ensinadas aos lavradores: de uma touceira de pupunheiras, eles podem cortar vários talos para extrair o valioso palmito mas devem deixar um para amadurecer e dar fruto.

Acervo ISA

VALOR ADICIONADO

Com o coração na floresta

E de olho no mercado

"Não consigo imaginar viver fora da floresta", disse Francisco Mendes, andando a passo rápido e seguro pela trilha da seringueira.

Mas os seringueiros como Chico Mendes só podem continuar na selva se conseguirem viver dela. A borracha natural e a castanha-do-pará que colhem enfrentam um futuro econômico incerto, mesmo com o apoio de subsídios governamentais e de importações motivadas por idealismo de fabricantes de doces e sorvetes dos países industrializados.

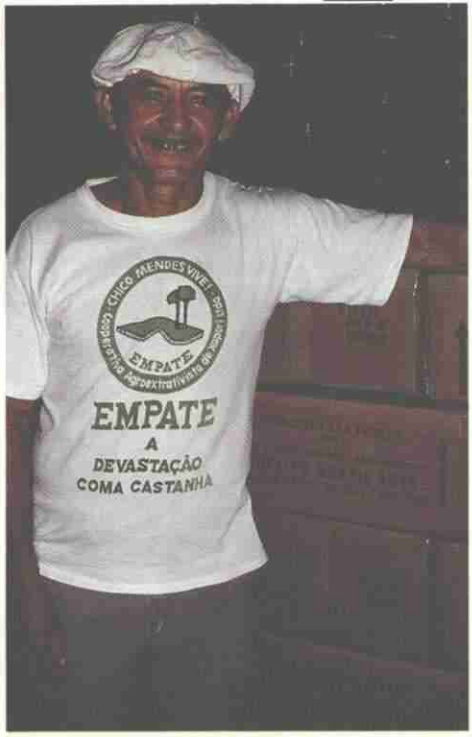
Encontrar meios de diversificar a produção e aumentar o valor do produto é uma das preocupações principais da diretora do PMACI, Ana Maria Lange. Antropóloga, o pulso enfeitado com uma pulseira de dentes de animais, ela passou vários anos trabalhando com grupos indígenas na Amazônia. Hoje, é funcionária do Ministério do Meio Ambiente do governo brasileiro.

Numa visita à cidade de Xapuri, terra natal de Chico Mendes, líder assassinado dos seringueiros, Ana Maria ouviu a proposta de construção de uma fábrica de processamento da borracha apresentada por membros da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri.

"Se a gente mesmo processar e eliminar o intermediário, nossos sócios vão ganhar mais com seu trabalho", afirmou Roland Polanco Ribeiro, conselheiro da cooperativa.

Ana Maria Lange era favorável à proposta, mas estava convencida também de que os seringueiros tinham que ver além da borracha.

"Nós e as organizações não-governamentais não devemos enfatizar demais as possibilidades dos seringueiros", disse. "O principal valor da fábrica seria obter um preço melhor a curto prazo, para que eles tenham



Orgulhoso, o gerente de uma usina de beneficiamento de castanha-do-pará (acima) insiste no controle de qualidade. A usina emprega 95 membros da comunidade local (abaixo).

tempo de construir um sistema produtivo de longo prazo a fim de preservar seu modo de vida."

Ribeiro, o conselheiro da cooperativa, concorda com a necessidade de encontrar novas saídas econômicas. Mas também defende a importância da borracha. "A extração da borracha é ainda a principal fonte de recursos do seringueiro", disse. "Quando se trata de preservar a floresta, tudo depende da borracha."

Lange e Ribeiro calculam que os seringueiros têm 20 anos para organizar as atividades extrativas e colocá-las em base sustentável.

A cooperativa está estudando algumas atividades que poderiam suplementar a renda de seus membros. Entre elas estão a produção de cacau e chocolate, óleo de cozinha, palmito e roupas de borracha. A tendência nacional de descentralização poderia também abrir um novo mercado. Quando cada Estado puder decidir o que incluir no lanche escolar, seu Estado pode escolher alimentos que contenham castanha-do-pará.

Produtos de qualidade. Enquanto se estuda a criação da fábrica de processamento da borracha, a Usina de Beneficiamento Chico Mendes, financiada pelo PMACI, está em plena operação, a meio caminho entre os recônditos da selva onde se colhe a castanha e o consumidor em cidades longínquas.

Nas instalações espaçosas e bem iluminadas, com um armazém repleto das castanhas marrom-escuras, 95 trabalhadores escolhem, processam e empacotam o produto da floresta. O gerente da usina, João Ferreira Nascimento, insiste no controle de qualidade estrito. "Aquecemos a castanha para obter um índice de umidade de 4%, nem mais, nem menos", afirmou. O produto acabado é selado a vácuo. Cerca de 70% da produção anual total de 44 toneladas são exportados, principalmente para os Estados Unidos e a Itália.

A produção aumentará nos próximos seis a oito anos, quando as novas plantações começarem a produzir.

Na comunidade de Cachoeira, a cooperativa de beneficiamento dá ao seringueiro Nonato Teixeira Mendes uma boa razão para ter esperança no futuro. "Vamos plantar 5.000 castanheiras-do-pará aqui", disse ele, parando para descansar do trabalho de limpar o matagal.

Ele sabe que para cuidar da plantação terá menos tempo para percorrer as estradas da floresta. Mas está disposto a mudar, se necessário, para dar a seus filhos a oportunidade de viver como seringueiro.

Texto e fotos de Roger Hamilton